

Editorial

“Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência”

Thabata Tosta Lima

Doutoranda em Estudos do Património

Universidade do Porto (UPorto)

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

thabatatosta@gmail.com

É com muita satisfação que a Equipe Editorial da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta a sua trigésima nona edição. O atual dossiê temático, *Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência*, vem a público com o número 15, volume 1, edição número 39 do periódico. Além dos textos do dossiê, composto por 4 artigos e 3 entrevistas, a edição também traz à comunidade acadêmica 23 artigos livres, 2 transcrições documentais comentadas e 1 resenha, recebidos em fluxo contínuo.

Este dossiê temático, *Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência*, contempla a Linha de Pesquisa de Ciência e Cultura na História. A motivação da escolha pelo tema advém da importância e necessidade prementes pela valorização de uma ciência e sua história no âmbito nacional de cunho não colonial. A *Temporalidades* pretende, então, levar o leitor a uma jornada por este percurso tão logo em sua arte de capa. Nesta edição, homenageamos alguns dos nomes que foram marco para a história da ciência no país pós-independência, como o abolicionista e engenheiro André Pinto Rebouças (1838-1898); o médico, biomédico e imunologista, Doutor Vital Brazil Mineiro da Campanha (1865-1950); o também médico, sanitarista, bacteriologista e epidemiologista, Doutor Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917); o biólogo e médico sanitarista, infectologista e bacteriologista, Doutor Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (1878-1934); a ativista feminista, bióloga e diplomata brasileira, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976); a socióloga psicanalista Virgínia Leone Bicudo (1910-2003); a maior taxonomista do

país, a chamada “Primeira Dama da Botânica do Brasil”, a Doutora Graziela Maciel Barroso (1912-2003); a primeira engenheira negra do Brasil, Enedina Alves Marques (1913-1981); o geógrafo e polímata Doutor Milton Almeida dos Santos (1926-2001) e a filósofa e antropóloga ativista, Doutora Lélia Gonzalez (1935-1994).

Nesta proposta, pesquisadores e entrevistados (cuja contribuição será descrita mais ao final deste Editorial) elaboraram diferentes reflexões sobre o desenvolvimento das ciências na história do Brasil pós-independência. Optamos por seguir uma linha cronológica por alguns destes avanços. Assim, para dar início aos escritos deste dossiê, temos o artigo “Gazeta Medica da Bahia: reflexões em torno das seções de correspondência e aviso do periódico” de Davilene Souza Santos. Este é um artigo que objetiva identificar como os redatores do periódico médico-científico *Gazeta Medica da Bahia* (GMBahia) se relacionavam com o público leitor e colaboradores, a respeito de assuntos científicos e administrativos da revista, por meio das seções de correspondência e aviso nos primeiros números do periódico, entre os anos de 1866 e 1867. Souza Santos evidencia uma aproximação entre o grupo fundador do periódico e seus pares brasileiros e estrangeiros, em torno do debate científico da época. Pontua ainda a ocorrência de traduções de artigos estrangeiros no periódico baiano, assim como de artigos da Gazeta em publicação francesa. Em uma análise de seções a apresentar a relação da gazeta com outros órgãos da imprensa científica, a autora se propõe ainda a apontar as adversidades administrativas desse tipo de empreendimento.

De fontes jornalísticas para as literárias, apresentamos o artigo de Ana Vila Pacheco, “Potencialidades do uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais (1916-1920)”. Tendo como ponto de partida a análise de passagens da obra “Chão de Ferro”, publicada no ano de 1976 pelo médico e escritor Pedro da Silva Nava (1903-1984), a narrarem detalhes sobre as aulas de História Natural no Colégio Pedro II e no antigo Instituto Anatômico do Rio de Janeiro entre os anos de 1916 a 1920, a autora discute o uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais. Pacheco propõe ainda demonstrar como os textos literários podem servir de suporte para a tecitura de narrativas sobre o passado, para além de sua utilização ilustrativa ou confirmação e reconstituição dos fatos ocorridos.

O artigo a seguir, “A Anexação do Instituto Vacinogênico ao Instituto Butantan e o desenvolvimento das ciências médicas em São Paulo” de Beatriz de Lima Ruschioni, relata a

investigação da autora sobre dois institutos estabelecidos no início da Primeira República, o Instituto Vacinogênico do Estado de São Paulo e o Instituto Butantan. O artigo discorre, em especial, sobre a temática pouco abordada da sanção, datada do ano de 1925, na qual o Vacinogênico e o Butantan seriam unificados. Ruschioni considera aqui os antecedentes dos órgãos e o processo de anexação em si, com o intuito de desenvolver hipóteses sobre este momento pontual na história da saúde paulista.

Como último artigo do dossiê, temos “Do átomo ao Estado: uma análise sobre as controvérsias do discurso modernizador autoritário na política militar brasileira (1964-1985)”, de Iandry Jessica Ferreira Soares e Victor Hugo Silva de Paiva. O objetivo dos autores é analisar as controvérsias dos projetos de produção de energia nuclear no Brasil durante os chamados “Anos de Chumbo” (1968-1974). Soares e Paiva propõem que, a compreensão de tais controvérsias é crucial para o entendimento de como a ciência e a tecnologia podem ser usadas como ferramentas estratégicas para aplicar uma política autoritária e como suas aplicações podem gerar consequências significativas para o desenvolvimento nacional do país.

Os artigos livres desta edição levam o leitor a uma jornada pelo mundo escravista, dos estudos decoloniais e do feminismo. Abordamos ainda histórias regionais, a educação brasileira e a política nacional em diferentes séculos. E, por falar em política, em nossas páginas temos extenso diálogo sobre este tópico entrelaçado ao lazer, música, fotografia e cinema. Tal percurso tem início com o artigo “Conexões atlânticas e a construção do sujeito livre: a trajetória de Frederick Douglass”, de Daiani Barbosa. Sua proposta é de demonstrar de que forma a trajetória do abolicionista, escritor e estadista americano, Frederick Douglass (c.1817/1818-1895) se relaciona com a História Atlântica por meio da análise de sua primeira autobiografia, *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* (Uma narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano) de 1845. Neste artigo, Barbosa ainda aponta a complexidade dos contatos e diálogos no mundo escravista do século XIX, notadamente nos continentes europeu e americano, para a construção da identidade de Douglass.

Em “História e Indígenas Mulheres na História à luz da Epistemologia Feminista Decolonial”, de Verônica Araújo Mendes, adentramos na temática dos estudos decoloniais e feminismo. Mendes busca oferecer ao leitor um panorama da história indígena e de indígenas mulheres com o intuito de problematizar narrativas historiográficas, textuais e imagéticas,

responsáveis pelo esvaziamento das ações protagonistas das indígenas mulheres nos processos e dinâmicas históricas ao longo do tempo. O artigo tem por embasamento as epistemologias feministas decoloniais de nomes como María Cristina Lugones (1944-2020) e Rita Laura Segato (1951-) a auxiliar na tecitura de crítica e decolonização do conhecimento, a evidenciar, segundo Mendes, a dialética da colonização e da violência que lhe é inerente e de efeitos avassaladores para as indígenas mulheres.

Ainda em estudos decoloniais, o artigo de Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Juliana Moreira Borges, “O peso do silêncio vai acabar nos engasgando’: O uso de Escrevivências como estratégia contra-hegemônica para uma educação decolonial”, objetiva apresentar as “escrevivências” como ferramentas de incentivo para uma educação decolonial e antirracista. Passos e Borges propõem uma nova forma de pesquisa, a de pensar, a partir da literatura como relatos de vivências, principalmente das mulheres negras, as identidades brasileiras e a valorização da história dos povos negros. O artigo utiliza da escrita de si para evidenciar saberes, culturas e realidades da vivência cotidiana feminina negra, além de apresentar estratégias para a manutenção de uma memória contra-hegemônica.

Em “Arranjos conjugais permeados pela escravidão em Mariana (século XVIII)”, Natã Freitas aborda casais cujas relações foram formadas a partir de vínculos conjugais e escravista, numa proposta de investigar os casamentos mistos celebrados na cidade de Mariana, Minas Gerais, de meados do século XVIII. A partir de referenciais culturais dos africanos e os influxos específicos do universo colonial, Freitas enfatiza suas trajetórias em relação a estratégias matrimoniais no contexto do local e da época. Além disso, discute ainda os prováveis desdobramentos deste tipo de união num universo cultural e religioso carregado de expectativas distintas e desiguais para homens e mulheres. Por fim, reflete sobre quais foram os impactos destes arranjos conjugais nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade.

Ainda na Mariana do século XVIII, em “A Irmandade de São Gonçalo de Mariana: sociabilidade e perfil social dos dirigentes (1749-1769)”, Pedro Fosque Sanches investiga os aspectos socioculturais da Irmandade de São Gonçalo entre os anos de 1749 e 1769. Sanches propõe a reconstrução do perfil social de uma parcela dos oficiais a partir de considerações quanto aos índices sociais e culturais presentes, visto que, para o autor, estes auxiliam na compreensão de aspectos da sociabilidade experimentada nesta associação. Este artigo recorre

aos inventários *post mortem* produzidos por ocasião do falecimento de irmãos que tenham sido identificados nos manuscritos da irmandade e tem como hipótese, a possibilidade que a Irmandade de São Gonçalo tenha reunido pessoas de níveis socioculturais distintos.

No que diz respeito à história regional, desta vez na região nordeste do país, temos o artigo “Colaborações de viajantes e missionários para a elaboração de uma história regional: um olhar sobre os relatos de Simão Estácio da Silveira e Padre Antônio Vieira”, de Kacia Mikaela de Souza, faz uma análise crítica os relatos feitos sobre o território maranhense por um dos pioneiros da colonização portuguesa no estado Maranhão, o capitão Simão Estácio da Silveira (s/d) em sua obra “Relação sumaria das cousas do Maranhão”, do ano de 1624, e as descrições do Padre Antônio Vieira (1608-1697) na narrativa de viagem “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba” sobre a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará, escrita no ano de 1656. No decorrer do texto, Souza propõe ao leitor, a partir das obras supracitadas, a compreensão do debate da formação historicizante, o viés teórico, assim como a teia discursiva como intuito de permitir avanços em relação àquilo que já foi produzido e orienta o olhar para singularidades ainda pouco ou nada exploradas.

Por sua vez, Fernanda Monteiro Rique e Guilherme Carlos Corrêa, adentram na temática na educação com o artigo “Uma genealogia da lei para o ensino de 1º e 2º graus de 1971”. A partir de Paul-Michel Foucault (1926-1984), a dupla discorre sobre as condições que contribuíram para emergência do arquivo referente à Lei que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil, a Lei número 5.692, do ano de 1971. Os autores tratam essa Lei como um acontecimento que instituiu uma espinha dorsal do que se conhece até os dias de hoje como a escolarização do país. Desta feita, veem o trabalho histórico genealógico como aquele que vem a permitir tensionar aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam e configuram o recorte temporal do estudo.

Outro artigo a abordar a temática da educação é “A Relação aluno professor em tempos de pandemia: Limites e possibilidades de aprendizagem na educação básica”, onde Israel de Jesus Borges Almeida, propõe uma reflexão sobre como a relação entre alunos e professores na educação básica foi impactada, bem como o processo de ensino e aprendizagem, com o advento da pandemia da Sars Cov-19. No texto, o autor destaca a acentuação de desigualdades com o uso da modalidade de ensino remota e/ou híbrida, além de ressaltar a necessidade de adaptação à

nova realidade deste estilo de ensino e a reinvenção do aprendizado e suas possibilidades a partir de tais circunstâncias. Isto posto, Almeida busca ainda entender quais estratégias os professores da educação básica têm utilizado para minimizar os impactos na relação aluno-professor.

No que diz respeito à política, o artigo “Pensamento Político no Brasil: particularidades históricas e diferenças conceituais entre o pensamento conservador europeu e brasileiro”, de Guilherme Defina, objetiva analisar as particularidades históricas e as diferenças conceituais entre o pensamento político conservador, nascido na Europa, com as reflexões do economista e filósofo estadista Edmund Burke (1729-1797), e a ideologia conservadora desenvolvida no Brasil após a recepção das ideias europeias. O texto busca compreender as adaptações do pensamento em questão ao território e realidade política, social, econômica e cultural nacionais. Para Defina, enquanto Burke fundou as bases do pensamento conservador clássico na manutenção de determinadas instituições e tradições, o pensamento conservador brasileiro se baseou essencialmente na negação do passado colonial que, segundo o autor, foi pautado na tentativa de conciliação entre o advento do liberalismo econômico internacional e a manutenção interna do sistema escravocrata.

Cronologicamente, outro evento de relevância política no país foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), abordada por Beatriz Barbosa Bender em “Ausências: Uma análise do centenário da Guerra do Paraguai através das páginas do Jornal do Brasil”. No decorrer de suas décadas posteriores à Guerra, Bender aponta para inúmeras interpretações acerca do evento desenvolvidas por diferentes agentes sociais. A partir disso, seu texto objetiva introduzir a problemática da memória do conflito, tendo como fonte de análise primária aquilo que foi publicado no Jornal do Brasil, um dos periódicos mais antigos do país, e, ainda em existência, fundado no ano de 1891.

Outro evento de cunho político, ainda mais próximo de nós numa linha temporal, é objeto de estudo do artigo Cássio Augusto Guilherme em “O antipetismo do jornal O Estado de S. Paulo na eleição presidencial de 2010”. Guilherme narra e discute o posicionamento antipetista do jornal *O Estado de S. Paulo*, também conhecido por Estadão, na eleição presidencial do ano de 2010. Para tanto, o autor utiliza como fonte os editoriais publicados pelo periódico no período em questão e ainda propõe um debate com parte da bibliografia pertinente ao tema. O texto tem como hipótese inicial que o Estadão manteve uma histórica postura antagônica ao Partido dos

Trabalhadores (PT), de esquerda, e pró Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro, em oposição à candidata Dilma Vana Rousseff (1947-) e em apoio ao candidato José Serra Chirico (1942-), e que, ao sustentar tal postura, abusou de alarmismos políticos ligando os petistas a supostas pretensões autoritárias e econômicas pró-neoliberais.

No viés do feminismo, Ana Rosa Clochet da Silva e Emily Bueno Pereira apresentam o artigo “A presença invisível: o papel da mulher no projeto civilizador ultramontano”, onde analisam o papel conferido às mulheres no âmbito do projeto civilizador ultramontano, no Brasil da segunda metade do século XIX. Para tanto, tomam como fonte o jornal “A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico”, editado no Rio de Janeiro entre os anos de 1861 e 1864. Silva e Pereira ponderam sobre a maneira com a qual a condição feminina foi concebida e moldada nas páginas deste periódico a partir dos significados mais amplos, associados ao par conceitual civilização-cristianismo. As autoras averiguam as associações da mulher ao lugar doméstico da família, da educação moral e religiosa dos filhos, assim como à condição das mulheres enquanto leitoras. Investigam ainda como a condição feminina foi interpretada a partir do conceito de civilização ultramontano e como, a partir de sua inserção circunstancial na sociedade brasileira da época, ajudou a moldá-lo.

Do meio de comunicação impresso para o visual, é a partir da ficção televisiva da telenovela *Pantanal* (TV Globo, 2022), obra original de Benedito Ruy Barbosa (1931-), com texto ressignificado por Bruno Luperi (s/d), que Aurora Miranda Leão elabora seu artigo “Para bom telespectador, meia imagem basta: Discurso de ‘Pantanal’ realça patriarcado e combate masculinidade tóxica”. Leão propõe o entendimento da representação do rincão pantaneiro e sua relevância a partir da reflexão sobre a cultura machista, na qual misoginia e violência de gênero se fazem presentes que, neste contexto, foram exibidos em, senão outro, que o horário nobre da TV aberta no Brasil. No decorrer do texto, suas investigações apontam para como a teleficção salienta os estragos causados pela colonialidade, e tenta compreender como a construção da diegese evidencia a opressão encravada no sistema patriarcal e favorece a percepção dos danos causados pelas ciladas do machismo.

Após apresentarmos um artigo cujo objeto de estudo são as telenovelas, nada mais justo que abordarmos a temática do lazer com o artigo de Igor Maciel da Silva e Sarah Teixeira Soutto Mayor: “História dos divertimentos de Barbacena-MG (final do século XIX e início do século

XX)”. Com o objetivo de mapear alguns dos divertimentos existentes na cidade de Barbacena, Minas Gerais, entre o final do século XIX e início do século XX, os autores pretendem demonstrar ao leitor a permanência de certas práticas entre esses tempos. Em suas linhas e, a partir de um tema pouco explorado, Silva e Soutto Mayor propuseram considerações sobre a história das diversões em Barbacena em uma narrativa inédita, ao investigar uma cidade que buscou se adequar ao ideário de modernidade vigente por meio de hábitos e práticas de entretenimentos que, por vezes, foram pautas de censuras.

A temática cultural e seus desdobramentos políticos continua a figurar em nossas páginas, desta vez por intermédio da música em “Intersecções entre Neoliberalismo e Criatividade Musical: Uma análise histórica”, de Luciano da Costa Nazario e Rheuren da Silva Lourenço. Neste artigo, os autores apresentam uma visão global do panorama histórico e sociocultural que regeu o entendimento de criatividade musical no ocidente, vislumbrando os elementos que possibilitaram a emergência de um “sentido neoliberal de criatividade” e suas ações no campo da música. Esta investigação percorreu áreas da história da música e dos direitos autorais, estudos socioculturais e psicanalíticos sobre o neoliberalismo, além de investigações nos campos da psicologia e filosofia. Trajeto este que, segundo Nazario e Lourenço, vem a evidenciar uma junção entre criatividade musical e neoliberalismo, no qual o valor da criatividade individual está intrinsecamente ligado à capacidade de empreendedorismo.

Numa volta à história regional, porém com suas significâncias políticas envoltas num olhar construído a partir da fotografia, Sergio Ricardo Almeida Da Hora aborda em “Detalhes da Oligarquia da Castanha de Marabá (PA): As Fotografias da Visita do Secretário Geral de Estado do Pará, Deodoro Macha”, investigam uma Marabá, cidade do estado do Pará, que, a partir da década de 1920, se vira dominada por alianças e grupos políticos ligados à cultura da castanha. Neste artigo, Almeida da Hora propõe a análise e interpretação de 9 (nove) fotografias representativas de fragmentos da visita do secretário geral de estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça (1889-1968), à cidade no ano de 1927. O autor busca refletir como a política marabaense e a transformação urbana da cidade na década de 1920 foi influenciada por uma elite dominante e, ainda, a demonstrar, por meio destas fotografias, como, esta mesma elite era controladora de uma cidade na qual o cenário político-econômico mostrava grandes contrastes.

Vitoria Paschoal Baldin, por sua vez, em “A postura do Fatah e do Hamas em relação ao grafite nos Territórios Palestinos Ocupados: uma disputa político-visual”, trás o grafite como objeto de estudo. Desta vez, em um olhar voltado para fora do Brasil, o leitor é levado à cidade palestina de Gaza e aos territórios palestinos da Cisjordânia, onde o grafite vem sendo utilizado por diversos grupos políticos como forma de marcação de sua influência e atuação com o intuito de difundir suas ideologias entre a população. A partir disso, Baldin objetiva compreender a forma pela qual a disputa entre o Fatah (Movimento de Libertação Nacional da Palestina) e o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) opera no campo visual através das expressões de arte de rua.

Em uma breve pausa do diálogo entre a arte e a política, Cíntia Chaves Rodrigues se volta para um dos nomes mais icônicos nos estudos em história da arte, Erwin Panofsky (1892-1968). No artigo “Histórias da iconologia: perspectivas historiográficas sobre a construção do método iconológico de Erwin Panofsky”, o objetivo é inventariar modelos explicativos para as transformações sofridas pelo método iconológico de Panofsky. Isto porque, segundo a autora, a historiografia tende a explicar tal processo apenas com a migração definitiva do autor da Alemanha para os Estados Unidos. Contudo, o texto argumenta que, apesar da inegável importância de tal elemento, a explicação para a trajetória de transformação do método não pode se esgotar nela. Rodrigues pontua aqui a necessidade construção de novos percursos analíticos a considerar como se deu a iconologia na obra de Panofsky e na própria disciplina da história da arte.

As artes visuais brasileiras contemporâneas são exploradas por Ligia Kalina Domingueti Fari com o artigo “Artes visuais como ferramenta de inteligibilidade para o conhecimento histórico: análises sobre o tempo nas obras de Tiago Sant’Ana”. Domingueti Fari, propõe um caminho contrário à corrente presente na História da Arte que tende a tratar as imagens exclusivamente como fontes documentais. Com o intuito de demonstrar a possibilidade desse movimento, Fari utiliza obras do artista visual baiano Tiago Sant’ana (1990-), produzidas entre os anos de 2017 e 2019, criações estas que dialogam com o tempo presente e o passado brutalizador da colonização.

De volta à expressão audiovisual, André Vinicio Bialeski Vieira nos leva ao início de uma incursão de artigos voltados para os documentários com o artigo “Documentário Terra Cabocla:

os sons e as vozes remanescentes do Contestado”. Segundo o autor, marcada pela “Guerra do Contestado” (1912-1916), a região do planalto catarinense ainda tem como habitantes os descendentes dos sujeitos que lutaram nesse conflito, o que acabou permitindo que sua cultura se mantivesse até os dias de hoje. Vieira busca, em sua interpretação, dar voz aos principais atores e valorizar sua cultura. Assim, o objetivo deste texto é a análise dos sons e das vozes presentes no documentário “Terra Cabocla”, do ano de 2015, produzido por Marcia de Gusmão Paraiso Cavalcanti (1968-).

O segundo artigo a abordar documentários em nossas páginas foi escrito por Vinícius Piassi. Intitulado “Saudade dos ‘anos dourados’ e a alegoria da debacle nacional em Santiago (2007), de João Moreira Salles”, discute a articulação de um discurso saudoso dos chamados “anos dourados”, a década de 1950, com um diagnóstico de decadência contemporânea do Brasil no documentário Santiago, datado do ano de 2007, do cineasta e produtor carioca João Moreira Salles (1962-). A partir de uma análise fílmica, voltada para o percurso espacial traçado na rememoração das lembranças de infância e juventude do diretor nessa produção, Piassi propõe um foco na construção imagética no filme da antiga residência da família Moreira Salles no Rio de Janeiro, onde destaca a atribuição de um sentido alegórico totalizante para o seu cenário e a elaboração de um discurso ancorado na saudade de um passado áureo, tanto familiar quanto nacional.

O terceiro e último artigo a abordar um documentário é “Cinema, História e Memória: O testemunho no documentário *Compañero Victor Jara of Chile* (1974)”, de Maria Luiza Franca Ramalho. A proposta é a análise do documentário *Compañero: Victor Jara of Chile* (Companheiro: Victor Jara do Chile), do ano de 1974, dirigido e produzido pelos cineastas Martin Smith (1957-) e Stanley Forman (1921-2013). Em seu texto, Ramalho objetiva examinar a formulação de uma narrativa de memória sobre Víctor Lidio Jara Martínez (1932-1973), bem como, a elaboração do testemunho de Joan Turner (1927-) sobre a Unidade Popular (UP) e o golpe civil-militar chileno de 11 de setembro de 1973, no início de seu exílio.

Como último artigo a compor nossa lista de artigos livres, apresentamos “Cinema e legislação censória: reflexões relativas à censura cinematográfica durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)”, onde Gabriel Bandeira Alexandre discute a atuação censória ao cinema durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O autor aborda as distâncias entre as normas e

as práticas censórias; os diferentes atores, para além dos censores, interferindo nas atividades de censura; as proximidades e os distanciamentos entre normas censórias, durante o pré-1964 e o pós-1964; a dificuldade de afastarmos a censura política da censura moral; e, a relação entre censurar e liberar, na medida em que a atividade censória não se restringe a interditar, mas, igualmente, a ditar o que e como se expressar. Alexandre propõe que o leitor pense a censura enquanto enraizada culturalmente na sociedade brasileira, e que perceba-a como uma prática não circunscrita a períodos ditatoriais.

A única resenha desta edição é “As mobilizações e o protagonismo do movimento feminista no Brasil: indícios, associações e lutas”, de Jamile Pinheiro da Silva. É abordado aqui a publicação de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, “Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer”, publicada pela Editora Bazar do Tempo, no ano de 2022 no Rio de Janeiro, de 352 páginas. Esta obra é um dos mais recentes trabalhos sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil. Descrito por Silva como um livro que busca, a todo instante, apresentar fontes como imagens e entrevistas, é composto por uma reunião de artigos com contribuições para a história do feminino e da memória social das mulheres.

Nossa seção de transcrições é composta por duas submissões. A primeira, a tratar de uma carta patente datada do ano de 1763, na qual é expressa a nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos (s/d), para o cargo de governador dos Maxilundas é intitulada “Conexões Angola e Portugal para além da dominação portuguesa: o protagonismo dos Axiluanda e Nâmbios”, e foi feita por Mariany Mathias Rosa dos Santos; Rafaela Ferreira de Andrade; Gabriella Oliveira Silva Araujo; Francisca Cardoso do Prado Maciel; Bruna de Almeida Pereira e João Guilherme Gomes Mansur. A segunda transcrição é “A revolta dos escravizados de José Henriques Flores (Vale do Itajaí, 1867): transcrição do processo judicial”, feita por Vinícius Bonsignori. São informadas a comarca, a cidade de Itajaí, no estado de Santa Catarina; a ação; e as partes, a saber o senhor José Henriques Flores e os autores, listados como “escravos do Capitão José Henriques Flores”. Tal processo é datado do ano de 1867.

Encerramos esta edição com três entrevistas de interesse e relevância para o campo da história da ciência. A primeira delas, concedida pelo Doutor Frederico Duarte Garcia, médico professor associado no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG, líder do Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS) e coordenador do Centro de Regional

de Referência em Drogas (CRR) da UFMG. Em nossa conversa, abordamos saúde mental, dependência química, e a pesquisa da vacina terapêutica chamada “Calixcoca”, desenvolvida pela UFMG. Nossa segunda entrevista foi concedida pela Doutora Maria Amélia Mascarenhas Dantes, física e historiadora, professora (sênior) aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Conversamos sobre a importância para o Brasil em conhecer e reconhecer as mulheres nas ciências, história da física e da ciência. A terceira e última entrevista foi concedida pela Excelentíssima Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos, primeira mulher na história do Brasil a assumir o cargo de chefia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Conversamos sobre o que a Ministra tem feito e ainda pretende fazer para honrar as milhares de mulheres que pesquisam e produzem ciência no país, sobre a história da ciência e patrimônio científico nacionais e, ainda, sobre as maiores expectativas e esperanças para o futuro da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

Agradecemos aos entrevistados, Doutor Frederico Duarte Garcia, Doutora Maria Amélia Mascarenhas Dantes e a Excelentíssima Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos por concederem um pouco de seu tempo para compartilhar seus conhecimentos conosco. Agradecemos aos pareceristas pelas análises e considerações pertinentes para que pudéssemos continuar a garantir artigos de qualidade para a revista. Não menos importantes, agradecemos ainda aos autores pela submissão de seus trabalhos.

Com este dossiê, a *Temporalidades* espera ter sido capaz de elaborar uma edição que, não só venha a despertar o interesse de seus leitores para a história nacional das ciências, mas também a expandir seus horizontes para narrativas plurais, diversas e instigantes. Esperamos ter contribuído para a ampliação do conhecimento sobre temas que merecem e precisam ser estudados, sejam eles pertencentes ao nosso passado, presente ou futuro. Almejamos por um país no qual a ciência não seja relegada e negada, mas sim espargida, discutida e fruída em sua melhor e maior capacidade. Desejamos a todos uma excelente leitura.